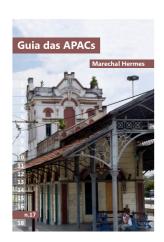
Guia das APACs







Ano II N.º 17 2016

IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Rua Gago Coutinho, 52, 3° andar CEP: 22.221-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ Tel: (21) 2976-6626 Fax: (21) 2976-6615 www.rio.rj.gov.br/patrimonio

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Vice-prefeito

Adilson Pires

Secretário da Casa Civil

Guilherme Nogueira Schleder

Presidente IRPH

Washington Menezes Fajardo

Coordenadora de Projetos e Fiscalização

Laura Di Blasi

Gerente de Cadastro, Pesquisa e Proteção

Henrique Costa Fonseca

Gerente de Conservação e Fiscalização

Luiz Eduardo Pinheiro da Silva

Textos

Equipe IRPH

Fotos

Acervo IRPH

Diagramação / Impressão / Acabamento

Ediouro Gráfica e Editora LTDA.

Arte-Final

Fabio da Silva

Supervisão Gráfica e Editorial

Miguel Paixão



As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC).**

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações especificas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)¹, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiossincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**², que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

¹ Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

² Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul.

Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

SUMÁRIO

EVOLUÇÃO URBANA	3
A VILA PROLETÁRIA DE MARECHAL HERMES	
MARECHAL HERMES	11
BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 37.069/2013	12
BENS TOMBADOS PELO DECRETO n. 37.069/2013	18
BENS TOMBADOS POR DECRETOS ESPECÍFICOS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO	19
MAPA	20



Vila proletária de Marechal Hermes, com a estação ferroviária ao fundo.

Primórdios

No século XVII, a região onde se encontra o atual bairro de Marechal Hermes, pertencia à antiga Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá e sabe-se que já existia nesta localidade um engenho. Essa freguesia, criada em 1644, era formada pelos imensos campos (Grande e de Irajá) situados entre a sesmaria dos Jesuítas (Santa Cruz) e a da Câmara.

Século XVIII e início do século XIX – o Engenho de Sapopemba

Situado na freguesia de Irajá, o Engenho de Sapopemba abrangia a região do atual bairro de Marechal Hermes e de seus vizinhos imediatos. No século XVIII, as fazendas da freguesia de Irajá (já reduzida por causa dos desmembramentos) cultivavam cana de açúcar, frutas e hortaliças. O escoamento da produção se dava pela estrada (aberta pelos jesuítas) que ligava Santa Cruz ao Centro e, por via fluvial, através de alguns rios da região. Ao longo dessas vias, surgiram pequenos núcleos, assim como pousos para os viajantes que circulavam por ali.

Na virada do século XVIII para o XIX, a maior parte da área do Rio de Janeiro ainda continuava rural. No entanto, o país perdia o monopólio do açúcar e o café chegava timidamente ao Rio de Janeiro, misturado aos pequenos cultivos de hortas e pomares dos arredores da cidade, utilizados para uso doméstico.

1808 – A chegada da Família Real e a movimentação da zona rural

Após a chegada da família real e sua corte ao Rio de Janeiro em 1808, a cidade sofreu modificações substanciais tanto na aparência como na estrutura. A cidade se converteu em sede da Monarquia Portuguesa e recebeu uma Corte, ou seja, uma classe social antes inexistente. Até então, a população do Rio era constituída, em sua maioria por escravos e por uma pequena elite administrativa. O crescimento populacional e a nova estratificação social acarretaram a expansão urbana e a valorização da terra carioca.

A zona rural também ganhou uma dinâmica diferente com a transformação da fazenda de Santa Cruz (situada na parte mais a oeste do território) em sede de veraneio da Família Real. O príncipe regente D. João e seus convidados passaram a visitá-la com freqüência. O caminho percorrido pela antiga estrada de Santa Cruz atravessava os campos da Freguesia de Irajá e se transformou nesse período em Estrada Real

Meados do século XIX – o fracionamento das terras

De 1821 a 1838, a taxa de crescimento na Freguesia de Irajá foi de 34% (maior que o aumento populacional ocorrido na cidade no mesmo período, 22%) de acordo com os censos ocorridos nessas datas

A promulgação da Lei de Terras em 1850 e a sua regulamentação em 1854 consolidou legalmente a propriedade privada e formou um mercado capitalista de terras. Em 1859, o governo imperial comprou algumas posses na Zona dos Campos para construção de um aquartelamento militar, o Campo de Marte, que incluía uma Escola de Tiro e a Imperial Academia Militar. O local recebeu logo um projeto de arruamento para atender às novas demandas, e, corresponde ao atual bairro de Realengo.

O solo carioca tornava-se então uma mercadoria valiosa. Os proprietários rurais e posseiros das grandes glebas na cidade do Rio do Janeiro (tanto no Centro quanto nas freguesias rurais) optaram por dividir e vender suas terras. Os pequenos sítios e fazendas se voltaram então para função de abastecimento da cidade — que se expandia desde o início do século XIX, com a chegada da família real.

Com o fim do tráfico negreiro em 1850 e o início das atividades manufatureiras, a cidade começou a oferecer trabalho assalariado, atraindo assim mão de obra de outras regiões do país e também do exterior.

O Engenho da Sapopemba e o Barão de Mauá

Nesse período, o Engenho Sapopemba e sua vizinha a Fazenda Gericinó pertenciam ao industrial Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá (1854), posteriormente Visconde de Mauá (1874). Em Sapopemba ficava o engenho de açúcar que produzia também rapadura e aguardente e os grandes canaviais se situavam em Gericinó.

Mauá, figura de grande destaque do cenário político durante o governo imperial, foi o

precursor do processo de industrialização no Brasil. Contudo, suas divergências com o Imperador e com a elite brasileira, resultaram na falência de suas empresas em 1878. Mauá perdeu todos seus bens, dentre eles, as fazendas de Sapopemba e Gericinó, que passaram a pertencer ao Banco do Brasil e foram posteriormente leiloadas.

A chegada dos transportes coletivos e a expansão da via férrea

O advento dos transportes coletivos na cidade - trem (1858) e bonde (1868) - deu mobilidade às pessoas que não podiam ou não queriam morar mais no centro. A partir daí a cidade se expandiu e os trens foram responsáveis pela urbanização das freguesias dos campos e as zonas Norte e Oeste receberam as pessoas de baixa renda e as atividades menos nobres. Os trens desbravaram as freguesias que ainda se mantinham exclusivamente rurais. A primeira dessas vias foi formada pela Estrada de Ferro Dom Pedro II (conhecida posteriormente como Central do Brasil e atualmente como Supervia). Seu trecho inaugural data de 1858 e ligava a freguesia de Santana (no Centro) a Queimados (atual município de Nova Iguacu). O objetivo original desse empreendimento foi facilitar o escoamento da produção agrícola, em especial a do café. Um ano depois, foi inaugurada a estação de Sapopemba (no atual bairro de Deodoro). No entanto, somente a partir de 1861 foi efetivado o serviço regular dos trens para a zona rural e o de transporte de passageiros. Para atender aos moradores dos engenhos e fazendas da área, logo foram construídas outras estações intermediárias nesse eixo.

"Os subúrbios da Central" da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II

O trajeto da ferrovia D. Pedro II definiu lugarejos que formaram os atuais "bairros suburbanos da Central". Embora já existisse um antigo caminho (a Estrada Real de Santa Cruz) que cruzava essa área, o desenvolvimento, lá, só acelerou com a chegada do trem. No princípio as ocupações acompanharam o traçado da linha férrea e iam se concentrando mais no entorno das estacões. Mais tarde foram abertas ruas secundárias para ligar todo o tecido urbano e expandir esses núcleos.

Em 1878, foi inaugurada a estação de Realengo, construída para atender aos militares instalados na região. Logo, terras vizinhas da Fazenda Piraquara foram loteadas e urbanizadas e se juntaram ao núcleo militar formando o bairro de Realengo. Em 18 de agosto de 1910 foi implantada a estação da Vila Militar, com seu belo prédio em estilo inglês, também para servir ao núcleo de batalhões da região.

Depois da instauração da República (1889), a Estrada de Ferro D. Pedro II foi batizada de Central do Brasil e a estação de Sapopemba também foi renomeada para Deodoro em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, tornando-se uma das maiores do subúrbio.

As ocupações Militares e as áreas vizinhas à Marechal Hermes

O bairro de Marechal Hermes e seus vizinhos - Deodoro, Vila Militar e Realengo - têm em comum, além de serem cruzados pelo ramal da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, o fato de constituírem áreas suburbanas que tiveram sua formação influenciada pela presença de unidades militares. Além da instalação da Escola de Tiro e da Imperial Academia Militar, no reinado de Dom Pedro II, a área após a Proclamação da República recebeu outras instalações militares como o 1º Batalhão de Engenheiros (1897), a Fábrica de Cartuchos e Artifícios de Guerra (1898) e a Escola Superior de Guerra (1911) que, mais tarde, transferiu-se para o Município de Resende. O Marechal Hermes da Fonseca (então Ministro da Guerra) do governo de Afonso Pena (1906-1909) transferiu os seis batalhões do primeiro e segundo Regimentos de Infantaria para essa nova zona militar criada. Os primeiros quartéis da vila, as casas de administração e os depósitos de munição foram construídos pelo 1º Tenente Engenheiro do Exército Palmyro Serra Pulcherio que mais tarde seria o responsável pelo projeto da Vila de Marechal Hermes. As obras terminaram em 1910 e a Vila Militar foi inaugurada em 1912. A partir de 1915, novos quartéis e residências para militares foram construídos, formando o

maior aquartelamento do Brasil e a maior concentração militar da América Latina, com mais de 60.000 homens. Posteriormente o núcleo transformou-se em bairro com a denominação de Vila Militar. O atual bairro de Deodoro também recebeu unidades militares e campos de treinamento do Exército do final do século XIX ao início do século XX.

O início do século XX – reorganização do espaço urbano

Na primeira década do século XX, a cidade passou por grandes transformações em seu espaco urbano. O Prefeito Pereira Passos, durante sua gestão (1902-1906), promoveu e executou a maior intervenção urbana realizada até então no Rio de Janeiro. Obras de "embelezamento e saneamento" que mudaram a aparência da cidade: a abertura de avenidas na área Central, a transferência e modernização do porto, o combate aos corticos e estalagens (justificados pelo discurso higienista), o que implicou na demolição de centenas de imóveis e, por consequinte no desalojamento de uma numerosa populacão. As pessoas de baixa renda e as atividades consideradas não nobres foram banidas das áreas reformadas. Esses fatores foram determinantes para a estratificação sócio-espacial da cidade, suscitando o crescimento dos subúrbios e sua consolidação como área proletária. No período entre 1907 e 1912, consolidou-se a migração da população do Centro para zonas Norte e Oeste cariocas.

O Marechal Hermes da Fonseca, então candidato à presidência em 1910, mencionou em sua plataforma a existência desses problemas relacionados à vida difícil dos operários e lembrou da necessidade de se amparar o trabalhador sem prejuízo do capital que lhe proporciona emprego. Sua perspectiva conciliatória era influenciada pelo movimento reformista-social, que certamente viu na Europa quando visitou a França e a Alemanha. Mais tarde, em 1911, Hermes da Fonseca já presidente (1911-1914) tomou algumas medidas para tentar solucionar a crise que os trabalhadores vinham enfrentando.

Dentre as propostas do governo federal para solucionar a questão habitacional aqui no Rio



de Janeiro, constava o incentivo à construção de vilas operárias. O programa funcionava como instrumento de justiça social e, por outro lado, como mecanismo de controle sobre a classe trabalhadora. Faziam parte desta iniciativa, a incorporação do operário à sociedade, a disseminação do ensino primário e profissional a esses setores populares, a promoção às cooperativas de consumo, entre outros quesitos. A criação de vilas para proletários nos moldes das vilas européias (baseados nos relatórios que Hermes da Fonseca trouxe da Europa), dotadas de infra-estrutura e de todos os equipamentos urbanos necessários, passou a ser uma das metas prioritárias desse governo. Ao planejar a construção dessas vilas, foi estabelecido que as moradias fossem alugadas pelo Poder Público. Para dar conta deste projeto político, Hermes da Fonseca empenhou-se em construir a Vila de Sapopemba (em Marechal Hermes) e a Vila Orsina da Fonseca (na Gávea)

A vila proletária de Marechal Hermes foi primeiro denominada Vila Sapopemba, por ter sido implantada em parte dos terrenos obtidos pela divisão das fazendas Sapopemba e Gericinó, que tinham sido adquiridas pelo governo para construção da Vila Militar e mais parte da Fazenda do Engenho Novo, da família Savaget. Nessa área de 600mil m² de terra foi realizado o empreendimento.

O Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, já presidente eleito, traçou um pequeno esboço de uma vila. Na mesma época, em visita às obras da Vila Militar (que já estavam quase prontas), interessou-se pelo projeto das residências dos oficiais e sargentos e procurou conhecer seu autor — o 1º Tenente-Engenheiro do Exército Palmyro Serra Pulcherio. O Tenente Palmyro foi logo convidado para desenvolver o plano da vila, que viria a ser a primeira vila proletária planejada do país dotada de infra estrutra e equipamentos urbanos, a Vila de Sapopemba.

A construção da Vila de Sapopemba durante o Governo de Hermes da Fonseca

O Tenente Palmyro recebeu o convite para desenvolver o projeto da Vila de Sapopemba em dezembro de 1910. Os projetos de urba-

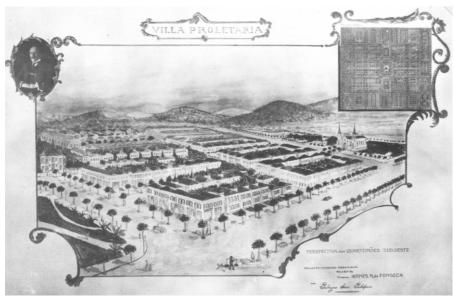


Marechal Hermes Inauguração da Vila Proletária

nização e das edificações da vila, incluindo os desenhos das diversas tipologias de moradia propostas, foram todos de autoria do Tenente Palmyro, seguindo a orientação do material sobre as vilas européias trazido pelo Presidente Hermes da Fonseça do exterior

Ao planejar as vilas operárias, Pulcherio também elaborou um estatuto que deveria ser obedecido para que o trabalhador pudesse nela morar. Uma dessas normas impedia qualquer ofício dentro das residências, o que forcava o trabalhador a retirar seus recursos unicamente da venda da sua força de trabalho. Além disso, obrigava o patrão a ser o fiador e o aluquel a ser descontado na fonte. Mesmo enfrentando a oposição do congresso, o Presidente Hermes da Fonseca determinou a construção da Vila de Sapopemba. Destinou para a realização desse empreendimento uma quantia considerada uma fortuna na época, 11 mil contos e 1500 trabalhadores foram mobilizados para construir as diversas edificações projetadas. Em 1911, no dia 1º de maio, data em que se comemora o dia do trabalhador, foi propositalmente escolhida pelo Presidente Hermes da Fonseca, para o lancamento da pedra fundamental da construção da Vila Sapopemba que logo receberia o nome de Vila Proletária Marechal Hermes, em sua homenagem. Essa data representou um grande momento para a transformação daquela região. Foi o marco inicial do bairro de Marechal Hermes.

A Vila foi concebida para parecer uma pequena cidade, dotada de toda infraestrutura ne-



Planta de Marechal Hermes

cessária ao bom funcionamento de um núcleo urbano projetado, além disso, era conectada a uma estação de trem e ficava próxima à área das instalações militares. Outro aspecto importante na construção da moradia operária, e profundamente ligado à tradição militar, foi a ênfase dada à educação nas vilas. Esta preocupação com a educação se materializou principalmente na Vila Proletária de Marechal Hermes, onde as escolas primárias destacavam-se tanto em número quanto pelo aspecto simbólico, pois se encontravam no centro qeográfico da Vila.

As obras da vila começaram em junho e, em setembro, as fundações já estavam prontas. No dia primeiro de maio de 1912 ocorreu a primeira inauguração parcial de um conjunto de casas e, assim, outra em 01 de maio de 1913 e, novamente em 01 de maio de 1914, sendo a data do dia do trabalhador estrategicamente escolhida para tais acontecimentos. Considera-se o ano de 1913 (data da inauguração da Estação Ferroviária de Marechal Hermes) como sendo o da fundação do bairro de Marechal Hermes, o primeiro no Brasil implantado como uma "Vila Proletária" e planejado para ser estritamente

residencial, com direito à infra-estrutura e serviços públicos.

Características do desenho urbano do plano original da vila

O traçado original estruturava-se a partir de dois eixos ortogonais em formato de cruz, tendo na interseção desses eixos uma praça circular formando um núcleo central, onde foram projetadas 4 escolas.

Essa praça circular é a Praça 15 de Novembro, núcleo central que no projeto original era cercada por 4 escolas, das quais apenas duas foram construídas. O arco da praça era definido pelos planos das fachadas frontais das escolas projetadas que acompanham sua curva. Era composta originalmente por duas partes sendo que depois da intervenção do Projeto do Rio Cidade se transformou numa só.

No projeto original constavam cinco praças, uma central e 4 semicirculares situadas nas extremidades dos eixos principais, mas apenas a Praça 15 de Novembro e a Praça Montese foram construídas à época. A Praça Montese (antiga Praça Marechal Deodoro), na extremidade



Cine Lux II

norte, em frente à Estação Ferroviária, foi executada no encontro da Avenida Frontin com a Rua Dezenove de Maio. Nela foram destinados dois prédios públicos importantes, a agência dos correios e o prédio do cinema.

As quadras foram dispostas simetricamente em relação aos eixos, sendo 4 à direita e 4 à esquerda, 4 ao norte e 4 ao sul. Os usos comerciais e institucionais foram previstos para a via ortogonal principal e o uso residencial, para as demais vias.

A vegetação, elemento de composição e de desenho urbano de grande importância, servia para definir, organizar, delimitar os espaços, além de sombrear as ruas, embora sem o caráter de permanência das edificações e dos monumentos. Assim, a largura das vias, a arborização e o baixo gabarito das construções do projeto da vila foram propostos visando amenizar a sensação térmica provocada pelo calor, permitindo uma melhor circulação do ar.

O traçado regular, com esquinas em cruz e caminhos retilíneos, de fácil orientação, revela o partido racional adotado pelo autor. A concepção urbanística, no entanto, diferia do partido estilístico adotado nas edificações que seguia as influências ecléticas vigentes na época.

A vila com ruas largas e arborizadas previa a

construção de edificações com tipologias específicas para atender as diversas características de seus futuros moradores. No projeto inicial em tabuleiro de xadrez foram previstos aproximadamente 738 prédios de 1 ou 2 pavimentos (residenciais, comerciais, institucionais e rurais).

Constavam, além das residências, escolas profissionais e primárias (masculina e feminina), correios e telégrafos, sociedade de tiro, mercado, corpo de bombeiros, delegacia de polícia, hospital, maternidade, creche, jardim de infância, reservatório de água, sede para a prefeitura, assistência, biblioteca, enfermagem e teatro.

A crise econômica e a paralização das obras

A crise econômica que antecedeu a Primeira Guerra Mundial inviabilizou a concretização de todas as construções previstas para a vila, inclusive as escolas. Com o término do governo de Hermes da Fonseca, em 1914, o projeto que sofrera tanta oposição por parte da sociedade e da imprensa, foi abandonado à própria sorte e, dos imóveis previstos, apenas 165 foram construídos. Até o final do governo de Hermes da Fonseca haviam sido finalizadas as seguintes obras de infraestrutura: canalização do Rio Tinguí, esgotamento sanitário, abertura das ruas, pavimentação dos passeios, plantio de árvores e drenagem do solo. Quanto às edificações, além



das 165 habitações, a escola profissional masculina (Escola Técnica Visconde de Mauá), a sede dos correios, o prédio para a administração da prefeitura e a escola feminina. Ainda havia 100 habitações quase prontas e 160, em construção.

Os operários que trabalharam nas áreas militares e no início da construção da vila de Marechal Hermes se contentaram em ser seus vizinhos. Agregadas à vila, surgiram moradias mais simples, construídas pelo próprio operariado, despojadas de infra estrutura e de projeto. O núcleo formado se tornou conhecido como "Portugal Pequeno", devido à forte presença de imigrantes portugueses.

A retomada das obras de Marechal Hermes no Governo de Getúlio Vargas

Após a revolução de 30, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República e as preocupações iniciais de seu governo foram com as questões de moradia e previdência dos trabalhadores. No ano seguinte à sua posse, em 28 de fevereiro de 1931, através do decreto 19735, Getúlio Vargas transferiu o domínio da área do terreno da Vila Proletária de Marechal Hermes para o Instituto de Previdência dos Funcionários Pú-

blicos da União (IPFPU), fundado em 1927, e transformado em Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Servidores do Estado (IPASE), em 1938. As casas passariam então a ser, oficialmente, destinadas aos funcionários civis e militares da União.

Com o objetivo de aliviar a crise habitacional, o governo retomou a construção de moradias na Vila de Marechal Hermes (denominada a partir desta data de Vila Três de Outubro). Promoveu por intermédio do IPFPU, um novo tipo de moradia popular destinada aos servidores públicos de baixos rendimentos no bairro, construindo habitacões subsidiadas e sociais.

Em setembro de 1933, foi lançado um concurso público direcionado aos arquitetos no sentido de elaborar um novo plano de ação para o abandonado projeto iniciado por Palmyro Pulcherio em 1911. No novo projeto deveriam constar: um plano geral de urbanização, loteamento para 300 casas econômicas, um mercado, um campo de esporte, parque de diversões, cooperativa de consumo, delegacia de polícia, localização de terreno para maternidade, retificação do Rio Tingui e posto de gasolina. Dois grupos de arquitetos apresentaram projetos para a Vila, mas foram recusados pelo júri. A Vila Proletária, sob administração do IPFPU, limitou-se, portanto, a construir o Cine Lux (1934), o Hospital Carlos Chagas (presumivelmente de 1936) e algumas casas populares.

Após a criação do IPASE (1938), o Instituto investiu de forma contundente na habitação subsidiada. Com essa iniciativa se alterou a morfologia da Vila Três de Outubro, edificando, além dos conjuntos habitacionais e casas, escolas, teatro e maternidade para servidores do estado. Como o concurso público com a finalidade de modernização da vila não atingiu as exigências da comissão julgadora, o Instituto resolveu não retardar mais as obras na área e retomou a construção dos prédios por conta própria.

Em 11 de outubro de 1944, foi aprovado pelo Engenheiro Edison Passos da Secretaria Geral de Viação e Obras – SGVO, o Projeto de Arruamento e Loteamento da grande área em Marechal Hermes, depois de anos de aban-



dono e de ter passado pela tutela de vários órgãos. O PAA/PAL de aprovação é o de número 3998/9546 e a área nesta época ainda pertencia ao IPASE. As modificações aprovadas de alinhamento e arruamento atenderam às imposições da topografia do terreno e o loteamento seguiu o novo traçado viário e a política habitacional (após 1930) que tinha por objetivo a otimização do espaço e a redução do custo habitacional.

A Praça Montese foi mantida como no projeto original embora mais tarde tenha sido bastante descaracterizada. Atualmente apresenta um formato triangular, que se não fosse pelo plano abaulado da fachada principal do antigo prédio dos correios, não mais reconheceríamos seu formato original. As outras praças de forma semicircular situadas nas extremidades dos eixos principais não foram executadas e no seu lugar foram propostos novos lotes.

Na Praça XV de Novembro, no local de duas escolas não edificadas foram aprovados grandes lotes destinados a conjuntos habitacionais. Os prédios erguidos seguem outra forma de implantação, que não dialoga com o desenho

original da praça. As novas praças — Estoril (de forma circular) e a 8 de Outubro — propostas no PAA 3998 foram executadas mais tarde, possivelmente no início da década de 1950.

Os sobrados e as casas térreas que fazem parte das tipologias, remanescentes do projeto da vila, são encontradas nas duas primeiras fileiras de quadras a partir da Estação Ferroviária e na Av. General Oswaldo Cordeiro de Farias (eixo de simetria através do qual se organizam as edificações). A partir de então se constata diferenças estilísticas, de forma de implantação no lote, de volumetria, de padrão dos ornamentos e de disposição dos vãos na fachada, entre outros.

O IPASE foi o grande responsável pela transformação urbana da vila. A este Instituto se deve a construção dos vários conjuntos habitacionais (inspirados no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, mais conhecido como CIAM): o Conjunto Residencial Centro Comercial com 3 blocos (1948), o Conjunto Residencial 3 de Outubro com 14 blocos (1949) e por último e o Conjunto do IPASE com 10 blocos (1954). Além da construção dos blocos de apartamentos e de outras alterações tais como modificações em seu tracado viário, novos parcelamentos de suas quadras, resultando em lotes menores e irregulares provocados pela topogarfia do terreno, foram alterados também os nomes de seus logradouros, que antes homenageavam datas significativas do movimento operário, passaram a receber nomes de militares, políticos, entre outros. Representou nas décadas de 1950 e 1960, um verdadeiro oásis de cultura e servicos, proporcionado pela edificação de prédios como o Cinema Lux, o Teatro Armando Gonzaga, as escolas, o hospital e a maternidade.





Correios

Em 2005, foi promulgada a Lei n.º 2.424 que declarou como Área de Especial Interesse Social, para fins de inclusão em programa de regularização e titulação, nos termos do art. 141 da Lei Complementar n.º 16, de 4 de junho de 1992, a área denominada Conjunto Residencial Três de Outubro, delimitada pelo PAL 9546.

A área ficou subordinada ao Decreto 25748 de 29 de setembro de 2005 que estabelece procedimentos para a legalização das edificações em loteamentos e vilas declaradas como área de interesse social.

Em 2008, pelo Decreto 29786 de 29 de agosto

de 2008, vários prédios foram tombados provisoriamente e foram criadas áreas de entorno de bem tombado com intuito de preservar os bens e a ambiência da vila.

Em 29 de abril de 2013, pelo Decreto 37.069, foi criada a APAC de Marechal Hermes com a finalidade de preservar a ambiência e manter as características urbanas e paisagísticas da área da antiga Vila Proletária de Marechal Hermes (Três de Outubro), considerando a importância do projeto original de autoria de Palmyro Serra Pulcheiro e os bens culturais que constituem um valioso testemunho das várias fases de sua ocupação.



O edificio da Escola Profusional da Villa Proletaria

Escola Mauá IV

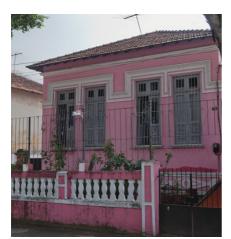
BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 37.069/2013



Avenida Engenheiro Assis Ribeiro: 6, 20, 30, 44, 54, 70, 78, 92, 130, 142, 154, 166, 176, 190, 202, 218, 242, 256, 268, 280, 290, 304, 314, 328, 378, 444, 456, 470, 478, 492, 504, 516, 530, 556, 570, 580, 592, 606, 616, 630, 640, 654, 678, 694, 706, 718, 726, 742, 760, 766; 67, 77, 91, 117, 129, 139, 153, 165, 177, 189, 201, 213, 241, 253, 265, 277, 289, 301, 313, 325, 337, 403, 421, 433, 457, 467, 481, 493, 505, 519, 529, 555, 571, 581, 595, 605, 617, 629, 641, 655, 679, 691, 703, 719, 727, 741, 751, 767



Avenida Eng Assis Ribeiro 77



Avenida Eng Assis Ribeiro 130



Avenida Engenheiro Assis Ribeiro, 142



Avenida Engenheiro Assis Ribeiro, 444



Avenida Engenheiro Assis Ribeiro, 706

Avenida General Cordeiro de Farias: 50, 62, 70, 84, 116, 128, 138, 148, 158, 326, 340, 348, 360, 386, 398, 418; 55, 65, 77, 89, 121, 133, 143, 155, 321, 341, 355, 365, 387, 401, 409, 421



Avenida General Oswaldo Cordeiro de Farias, 128



Avenida General Oswaldo Cordeiro de Farias, 321



Avenida General Oswaldo Cordeiro de Farias, 418



Avenida General Oswaldo Cordeiro de Farias, 421

Praça Montese: 2, 2A, 2B, 10; 9

Rua Engenheiro Emilio Baumgart: 8, 60, 72, 86, 106, 118, 132, 148, 186, 200, 216, 230, 246, 276, 372, 384, 396, 408, 420, 434, 446, 458, 470, 500, 510, 522, 530, 546, 558, 570, 582, 594, 622, 634,

642, 654, 664, 672, 682, 690, 700; 71, 83, 95, 107, 119, 131, 143, 221, 227, 241, 429, 453, 465, 477, 507, 519, 531, 543, 555, 567, 579, 591, 603, 655, 663, 679, 691, 703



Panorâmica Rua Emilio Baumgart



Panorâmica Rua Emilio Baumgart



Rua Emilio Baumgart, 384



Rua Emilio Baumgart, 510



Rua Emilio Baumgart, 396



Rua Emilio Baumgart, 546



Rua Emilio Baumgart, 453



Rua Emilio Baumgart, 691

Rua João Vicente: 1455, 1461, 1465, 1469, 1471, 1475, 1479, 1485, 1495, 1505, 1511, 1513, 1521, 1525, 1527, 1537, 1545, 1551, 1559, 1563, 1565, 1573, 1629, 1635, 1643, 1645, 1649, 1655, 1663, 1669, 1675, 1681, 1687, 1695, 1697, 1703, 1713, 1723, 1729, 1733, 1737, 1739, 1745, 1751, 1755

Rua Professor Carlos Chagas: 210, 230; 211

Rua Regente Lima e Silva: 6, 18, 32, 56, 70, 80, 94, 106, 118, 132, 144, 156, 180, 194, 208, 220, 232, 246, 258, 270, 284, 382, 408, 420, 432, 444, 458, 474, 478, 482, 512, 522, 536, 550, 562, 588, 600, 614, 642, 654, 666, 670, 692, 704, 718, 730; 7, 19, 31, 57, 67, 81, 93, 107, 117, 131, 143, 155, 181, 195, 207, 219, 231, 245, 257, 267, 283, 381, 395, 407, 419, 431, 445, 457, 471, 483, 513, 525, 537, 551, 563, 575, 587, 601, 613, 641, 655, 667, 691, 705, 717, 729



Rua João Vicente, 1669



Rua João Vicente, 1551



Rua João Vicente, 1729



Rua Regente Lima e Silva, 419





Rua Regente Lima e Silva, 431



Rua Regente Lima e Silva, 729



Rua Regente Lima e Silva, 525



Edifício do Curso de Mecânica e Eletrotécnica da Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá na Rua João Vicente, 1775 - Etevm

Edifício da Escola Estadual de Ensino Fundamental Visconde de Mauá na Rua João Vicente, 1775



Colegio Estadual Professor José Accioli na Rua Costa Filho, 500



Escola Municipal Evangelina Duarte Batista na Praça Quinze de Novembro, 28





Escola Municipal Santos Dumont na Praça Quinze de Novembro, 29. Tombamento em 21.06.1990 Dec. 9414/90 (M)



Estação Ferroviária Marechal Hermes na Rua João Vicente, e Rua Carolina Machado. Tombamento em 22.04.1996 Dec. 14741/96 (M)



Painéis de Autoria de Paulo Werneck Localizados nas Fachadas Laterais do Teatro Popular Armando Gonzaga na Avenida General Osvaldo Cordeiro, 511 - Tombamento em 06/03/07 Dec.27651/2007 (M)



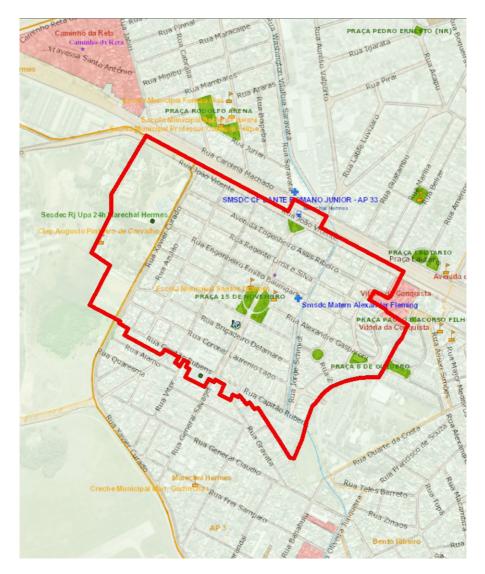
Paisagismo da Praça do Teatro Popular Armando Gonzaga na Avenida, 511 - Tombamento Provisório: 04/08/09 Dec.30936/2009 - (M)



Teatro Armando Gonzaga na Avenida General Osvaldo Cordeiro de Farias, 511. Tombamento em 15/06/1989 Resolução SEC n.º 1504 de 09/06/89 (E)



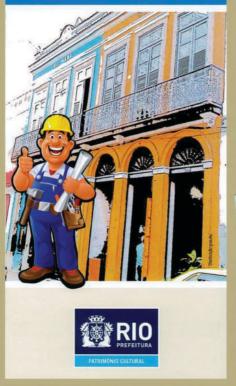




O que você precisa saber para licenciar obras em APAC?

O QUE VOCÊ PRECISA SABER PARA LICENCIAR OBRAS EM APAC

O folder educativo e de orientação para a realização de obras em imóveis de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural.







INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos Rua Gago Coutinho, 52, 3.º andar. Laranjeiras - Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística -AP 3 da Secretaria Municipal de Urbanismo

7.ª Gerência de Licenciamento e Fiscalização -Madureira - Rua Carvalho de Souza, 274 - para informações relativas à legislação edilícia e urbana vigentes

Coordenadoria de licenciamento e fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda 15.ª IRLF (Madureira) - Rua Carvalho de Souza, 274

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) Rua Amoroso Lima, 15 - Cidade Nova – Tel.: 2273-3141

Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo (construções a partir da década de 1930) Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá

> Arquivo Nacional Praça da República, 173 - Tel.: 2179-1228

Fundação Casa de Rui Barbosa Rua São Clemente, 134 - Botafogo - Tel.: 3289-4600

Biblioteca Nacional Av. Rio Branco, 219 - Centro - Tel.: 2220-9484 e 3095-3879

> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Av. Augusto Severo, 8/10.° andar

